

EDITORIAL

Intensificação de mobilização para a Marcha a Brasília

Pela proximidade da grande Marcha a Brasília no dia 24 de abril, que trará mais de 20 mil pessoas a capital federal pertencentes aos movimentos estudantis, populares e do campo, bem como do Serviço Público Federal e iniciativa privada, o SINASEFE convida novamente todos a participar da atividade ou/e contribuir para sua divulgação em cada local de trabalho e em cada município onde atua.

Já estão acontecendo atividades de divulgação da marcha, capitaneadas pela CSP-Conlutas e pelo Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais – SPF em cada estado. Cada base pode colaborar com a panfletagem em locais que concentram a população como terminais de ônibus, praças, estações de metrô e trens, nas portas de grandes empresas, fábricas, órgãos públicos, universidades. Devemos reforçar nossa campanha também nas proximidades dos nossos Institutos Federais. Esse tipo de atividade que antecede à Marcha é essencial para trazer mais trabalhadores motivados a lutarem pelos seus direitos. Tais materiais publicitários para divulgação estão disponíveis nas unidades estaduais da CSP-Conlutas, entrar em contato com o [Setor Financeiro da Central](#).

A falta de investimento nas áreas da saúde, educação, infraestrutura para pagamento de dívidas com empresas multinacionais a exemplo dos recursos desviados para a Copa do Mundo e Olimpíada, devem fazer parte do nosso diálogo com a sociedade. Além disso, da denuncia que devemos fazer pelo fato do governo está desabrigando famílias para construções turístico-esportivas por conta dos eventos internacionais que teremos nos próximos quatro anos.

Enfim, vamos acentuar esforços com a mobilização da nossa base, agregando cada vez mais pessoas na luta:

- ✓ **CONTRA O ACORDO COLETIVO ESPECIAL;**
- ✓ **PELA ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA 2003, BANCADA PELO MENSALÃO;**
- ✓ **PELA REVOGAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO;**
- ✓ **10% DO PIB JÁ PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA**
- ✓ **CAMPANHA SALARIAL 2013, COM A RETOMADA IMEDIATA DAS NEGOCIAÇÕES COM OS SERVIDORES FEDERAIS**

24 DE ABRIL, DIA DE JORNADA DE LUTAS

Os trabalhadores fortemente motivados em combater a política do capital em nosso país, que traz problemas para todos os setores da sociedade, iniciarão as atividades da Marcha com concentração das caravanas a partir das 07 horas no estacionamento do Estádio Nacional Mané Garrincha.

A saída da Marcha do local de concentração está prevista para as 8h30, seguindo rumo à Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios. A atividade inicial deverá ser finalizada por volta das 12h30 h e 13h. Após o intervalo para o almoço, as caravanas seguirão para manifestações diversas, por áreas, como por exemplo, a cobrança dos servidores públicos federais pela abertura das negociações com o Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG quanto à nossa pauta de reivindicações, protocolada desde janeiro desse ano.

A partir das 14h, os servidores dos três poderes se reunirão em frente ao MPOG (bloco K) para que a ministra Miriam Belchior receba os representantes sindicais e sejam iniciados os debates sobre a Campanha Salarial 2013. Mais de cinco mil servidores estarão presentes, representando 32 entidades dos SPFs que pressionarão para que haja o início das audiências e discussões da pauta unificada contra a ameaça de nossos direitos, além de retomarmos as questões que não foram resolvidas em 2012.

O SINASEFE, membro do Espaço Unidade e Ação, estará auxiliando toda a movimentação conjunta com as demais entidades para que a Marcha deste ano seja um marco histórico e mais um avanço a partir da unidade dos setores, neste dia de jornada de lutas. Durante toda mobilização teremos os locais de concentração para a base do SINASEFE, tanto no estacionamento do Mané Garrincha, quanto nas proximidades do MPOG e MEC.

SINASEFE apresenta a GT com o Governo simulação de valores/gastos para inclusão no PCCTAE dos TAs das IFEs militares

Os membros do GT para a inclusão dos TAs das IFEs Militares no PCCTAE se reuniu, tendo o SINASEFE apresentado simulação financeira esclarecendo a total possibilidade para esta inclusão.



(Da esquerda para direita) Membros GT do Sinasefe: Coordenador geral William Carvalho, Cristina Kaszuba, Flávio Barbosa, Eulálio Costa e Aluísio Coelho

Os membros do SINASEFE e das equipes técnicas da SETEC/MEC e MPOG se reuniram pela tarde desta segunda-feira (15) a fim de tratar sobre a inclusão enquadramento dos servidores Técnicos Administrativos, lotados nas Instituições Militares, no PCCTAE. Atualmente estes Servidores estão no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

A partir dos estudos técnicos apresentados na reunião, o SINASEFE comprovou que quanto aos empecilhos orçamentários não haveria justificativa por parte do governo para impedir o enquadramento destes trabalhadores. Os valores apurados pelo SINASEFE (Comissão Nacional de Supervisão - CNS e membros do GT com o governo) chegaram aos ínfimos 800 mil reais por mês de diferença com tal inclusão, o que significa em termos orçamentários o “troco”.

Além das questões orçamentárias, apresentamos uma análise sobre servidores do PGPE que tem uma remuneração – Vencimento Básico + gratificação – maior que a tabela do PCCTAE, não haveria perdas salariais, visto que o Vencimento Básico Complementar (VBC) iria contemplar a diferença entre as tabelas. A ampla maioria dos servidores do PGPE está no topo da tabela e com o enquadramento no PCCTAE, um grande contingente de servidores ativos iriam retomar o processo de progressão por tempo de serviço.

No PGPE, a capacitação e qualificação, que também restituem financeiramente aos servidores do quadro ativo são inexistentes, o que é mais um ponto de defesa para à inclusão desses servidores no PCCTAE.

Em relação aos aposentados a vantagem é bastante clara, já que hoje no PGPE os aposentados tem uma redução de 50% do valor da gratificação paga aos ativos, o que significa uma redução significativa para quem também irá se aposentar.

Depois de um debate sobre a necessidade dessa inclusão, em que defendemos claramente que o governo tivesse a mesma posição com os TAEs que tiveram com os docentes das IFEs Militares, ao incluí-los na EBTT, já que não há qualquer lógica em manter os profissionais da educação que trabalham na Rede Militar de Ensino em distanciamento de todos os outros TAEs que hoje se encontram no PCCTAE.



SINASEFE apresentando estudo para o governo

A reunião terminou com o nosso compromisso de apresentar por escrito um detalhamento de como foram feitos os cálculos e enviaremos até o início da próxima semana para os membros da área técnica do MPOG e MEC. Além de também apresentarmos a justificativa jurídica para não transformar a inclusão dos TAs nas IFEs Militares no PCCTAE como a entrada em uma nova carreira, fato insinuado por integrantes do governo neste e em reuniões anteriores.

Não iremos deixar que a tendência apresentada pelo governo nesta reunião esmoreça a nossa luta e a busca por justiça e coerência do governo em relação a todos os Técnicos Administrativos do Sistema Federal de Ensino.

A próxima reunião não foi pré-agendada, mas tão logo enviarmos as informações ao MPOG e MEC iremos cobrar a realização da reunião final do GT para que o governo apresente sua posição final sobre tal inclusão.

Encontros Regionais do Sinasefe unificam as bases para a jornada de lutas

No mês de maio as Seções Sindicais estarão se reunindo em todas as regiões do país para discutir os temas nacionais escolhidos para o momento: Carreira Única dos Trabalhadores em Educação; Regulamentação da Carreira Docente e do PCCTAE; Qual Educação Queremos; Formação Sindical (histórico do movimento sindical e de suas lutas, além das questões pertinentes às lutas contra a discriminação racial, de gênero, contra homofobia), além da Campanha Salarial 2013/ACE e Revogação da Reforma da Previdência.

Confira abaixo as datas dos Encontros Regionais do SINASEFE:

- Encontro Regional Centro-oeste – 19 a 21 de abril, em Rio Verde - GO;
- Encontro Regional Sul – 3 a 5 de maio, em Florianópolis - SC;
- Encontro Regional Norte – 3 a 5 de maio, em Ji-Paraná - RO;

- Encontro Regional Sudeste 2 a 4 de maio, em Vitória - ES;
- Encontro Regional Nordeste – 10 a 12 de maio, em Salvador - BA.

A Direção Nacional convida e aguarda a presença de todos, esperando que sejam bem aproveitadas em cada base as informações debatidas, que certamente irão fortalecer a luta em cada local de trabalho.

DESCUMPRIMENTO DA LEI E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NAS IFEs MILITARES

Na última quarta-feira (17 de abril), o SINASEFE esteve em uma audiência no Ministério da Defesa, com o Sr. Júlio Armando Echeverria Vieira, Gerente da Divisão Setorial de Pessoal Civil, para discutir o descumprimento, por parte de alguns dirigentes das Escolas Militares, da determinação governamental de não realizar descontos nos vencimentos de servidores que participaram da greve de 2012 e que repuseram as aulas. Foi também discutida a necessidade do cumprimento da legislação pertinente à progressão por títulos dos docentes e pelo processo de perseguição política à dirigente do SINASEFE no Colégio Militar de Porto Alegre.

Mesmo com o fim da GREVE de 2012, depois de mais de seis meses, alguns dos dirigentes das IFEs Militares (EPCAR e Colégio Militar de Recife) continuam descumprindo o acordo firmado entre o SINASEFE e o governo Brasileiro, quanto ao não desconto dos dias parados nos salários dos trabalhadores que participaram do movimento paredista. No acordo, os trabalhadores assumiram o compromisso de reposição das aulas não realizadas durante a greve, o que foi imediatamente cumprido pelos mesmos após o fim do movimento paredista.

Para o SINASEFE tal atitude representa uma afronta à ordem instituída e, em hipótese alguma, é possível permitir que uma instituição federal descumpra a lei e o posicionamento do governo federal, responsável pelo acordo. Ou os militares estão à margem das posições do governo, tendo autonomia para fazer o que bem entendem nas escolas mantidas pelo Ministério da Defesa?

Se já não bastasse esta agressão aos trabalhadores das IFEs Militares, a lei 12.772, aprovada em 28 de dezembro de 2012, que trata da vida dos trabalhadores em educação, vem seriamente sendo descumprida em algumas instituições de ensino mantidas pelo MD. Nossa aceleração de promoção regulamentada por Decreto Lei, em 17 de setembro de 2012, ainda não foi aplicada aos docentes dessas instituições, causando prejuízo em mais de R\$ 1.500,00 para cada um desses docentes. Os interstícios das progressões são constantemente desrespeitados por algumas direções dessas escolas militares que resolveram, por regulamentação interna, conceder estas progressões em janeiro de cada ano, um total desrespeito à lei, o que ainda não foi revisto.

A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Nas IFEs Militares o desrespeito com os direitos dos trabalhadores chegou ao patamar intolerável de afastar uma professora das turmas que estavam sob sua responsabilidade. Essa professora, Silvana Pineda, presidente da Seção Sindical dos Servidores do Colégio Militar de Porto Alegre, foi afastada do trabalho com as turmas simplesmente por fazer o que muitos professores de História dessa escola fazem: discutir o conteúdo de um determinado livro imposto pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial do Exército, devido a problemas metodológicos, de conteúdo

e até mesmo de conceituação histórica, errados ou equivocados, contido no mesmo, e por procurar não utilizá-lo preservando, assim, os alunos pelos quais são responsáveis diretos na instituição.

Apesar de os alunos das IFEs Militares terem direito aos livros didáticos gratuitos, assim como todos no Sistema Federal de Ensino, eles são obrigados a comprar um livro de história da CMT, obra amplamente questionada pelo seu caráter antipedagógico pela Associação Nacional de História – ANPUH e por diversos intelectuais da Educação, entre eles o Tenente Coronel Fábio Facchinetti Freire, chefe da Seção de Ensino do DEPA e relator da Avaliação dos livros didáticos da CMT e da proposta de PSD formalizada na reunião de revisão curricular de História. [Leia aqui](#) o Manifesto entregue a comunidade escolar do Colégio Militar de Porto Alegre denunciando a perseguição política da servidora.

A professora doutora e companheira, Silvana Pineda, trabalha há 17 (dezesete) anos no Colégio Militar de Porto Alegre, sendo inclusive condecorada com medalha comemorativa da instituição pelo seus relevantes serviços prestados à Educação. E agora afastada abruptamente da sala de aula por exercer com zelo e cuidado a sua profissão.

Para nós do SINASEFE está claro que existe uma perseguição ao trabalho sindical desenvolvido pela dirigente e pela nossa Seção Sindical do Colégio Militar de Porto Alegre, algo inadmissível nos dias de hoje.

Assumimos categoricamente o compromisso de não arredar pé da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores das IFEs Militares, ao mesmo tempo em que exigimos a imediata volta à sala de aula da referida professora.

Protocolamos dois ofícios no MD (Leia os documentos: [Ofício 192](#) e [Ofício 193](#)) que tratam das irregularidades administrativas quanto aos descontos da greve e o não cumprimento da legislação docente referente à carreira, bem como sobre a perseguição política enfrentada pela nossa companheira do Colégio Militar de Porto Alegre.

Entidades sindicais enviarão suas propostas ao Senado Federal para a discussão da regulamentação do direito à negociação e contratação coletiva



Mesa de representantes de centrais sindicais, Câmara dos Deputados e Senado

A Audiência Pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais - CAS do Senado Federal reuniu diversas entidades sindicais representando os trabalhadores para discutir o direito de negociação coletiva e contratação coletiva dispostos na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Marcada para ser realizada no último dia 09 de abril, a reunião não seguiu adiante a partir do consenso entre os representantes presentes, em que foi acordado que as Centrais Sindicais encaminharão as suas propostas de regulamentação dos temas à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal - CDH para avocação em relatoria a ser entregue como substitutivo de volta a CAS.

A Convenção 151 foi promulgada recentemente pela presidente Dilma Rousseff, com a publicação do Decreto 7.944/2013, que estabeleceu o princípio da negociação coletiva para trabalhadores do setor público. A audiência que teve representação ampla de servidores municipais, estaduais e federais reforça definitivamente a importância das entidades debaterem o tema.



Segundo o dirigente da CSP-Conlutas Zé Maria (*foto à esquerda*), que esteve representando a categoria à mesa da Audiência, a partir desse encaminhamento o desdobramento deste é a necessidade do debate acerca da regulamentação e é preciso que as entidades coloquem suas posições também, visto que houve uma proposta apresentada por cinco centrais sindicais que não garantem esses direitos, pela ausência de propostas de Emenda Constitucional e

de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: “ela está mais focada em regulamentar o direito de greve, que poderá ferir a liberdade sindical. O Decreto presidencial não modifica a situação, pois é necessária a regulamentação na lei. Precisamos trabalhar no intuito de propor como que se efetivamente assegura legalmente que os acordos feitos nas negociações com os servidores públicos sejam obrigatórios ao governo”.

Próximos passos a partir da promulgação da Convenção 151 da OIT

A proposta das cinco centrais apresentada ao Senado Federal e debatida na Audiência mantém a situação como está hoje, ou seja, com a latente necessidade de alteração na Constituição Federal e na LDO que regulamente o direito de negociação e contratação coletiva. O anteprojeto limita como único comprometimento do gestor apenas remeter a negociação para o parlamento (Câmara dos Deputados, dos Vereadores ou para a Assembleia Legislativa). Isso não pode ser considerado no mesmo patamar com o processo de negociação que ocorre no setor privado, com bem menos burocracia: da negociação com as entidades representativas dos trabalhadores em campanha salarial ou greve, diretamente para a assinatura do acordo e validação do mesmo. Para mudar isso é preciso incorporar essa discussão em nossas entidades no intuito de apresentar proposta consistente ao relator Paulo Paim.

A CSP-Conlutas, por meio do representante Zé Maria, considera que tem que haver a separação da regulamentação da negociação e contratação coletiva, da discussão acerca do direito de greve: “A Convenção 151 não trata desta questão, então não há necessidade de juntá-la nesse mesmo projeto”.

O SINASEFE se unirá à CSP-Conlutas no sentido de construir junto às bases a geração de um projeto que obrigue o governo a negociar e contratar novos Servidores. O próximo passo é ter o aval de uma legislação que trate dos assuntos dentro do Congresso Nacional, submetido ao seu cumprimento. Com isso, precisamos ficar atentos e preparar contraproposta urgente junto a CSP-Conlutas, visto que tramita o projeto do governo para regulamentar o direito de greve que ameaça a retirada do direito da livre organização dos servidores representados pelas entidades sindicais.

ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO SENADO FEDERAL



O momento também foi propício que os representantes da FASUBRA, CSP-Conlutas e SINASEFE levantarem os cartazes da Campanha da Anulação da Reforma da Previdência. A ação deve servir como exemplo, ratificando em todos os setores e em todas as discussões possíveis a importância desse debate e a sucessiva mobilização para o recolhimento das assinaturas pela anulação dessa Reforma bancada pelo mensalão do PT.

(Esquerda para direita) Representantes da Fasubra, CSP-Conlutas e Sinasefe

Veja [aqui](#) as orientações gerais, [aqui](#) o modelo para coleta de assinaturas em bancas e locais de trabalho (para impressão) e [aqui](#) abaixo-assinado eletrônico, no site Petição Pública Brasil.

NOTA DE ORIENTAÇÃO AOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL PARA DIRIGENTES DO SINASEFE

Os participantes do Encontro de Formação Sindical, a ser realizado nos dias 25 a 27 de abril, deverão estar impreterivelmente, às 8h da quinta-feira (25/04), em frente à Sede do Sinasefe Nacional, de onde sairá o transporte para o Centro de Treinamento Educacional – CTE (Luziânia - GO), local que será ministrado o curso. O retorno está previsto para o sábado (27/04), ao final do curso, a partir das 12h. Os organizadores não aguardarão possíveis atrasos.

Endereço e contatos Sinasefe Nacional

SCS QD 02 BL C SL 109/110 Ed. Serra Dourada - 70300-902 - Brasília-DF
Telefone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095

Confira abaixo os preços das tarifas para hospedagem e alimentação:

- Quarto individual (incluso: café da manhã, almoço e jantar): R\$ 160,00.
- Quarto duplo (incluso: café da manhã, almoço e jantar): R\$ 140,00 por pessoa;
- Quarto triplo (incluso: café da manhã, almoço e jantar): R\$120,00 por pessoa;
- Quarto quádruplo (incluso: café da manhã, almoço e jantar): R\$ 100,00 por pessoa.

As instalações para hospedagem compreendem apartamentos com camas para quartos individuais (01 cama), duplos (02 camas), triplos (03 camas), quintuplos (05 camas) e *décuplo* (10 camas), *que já possuem roupas de cama e banho.*

IMPORTANTE

Para a garantia de sua participação, antes da realização do evento as Seções Sindicais farão os acertos de hospedagem e alimentação diretamente com a Coordenação de Administração e Finanças, do Sinasefe Nacional.

[Confira aqui](#) a programação do curso.

AGENDA

EVENTOS	PERÍODO	LOCAL
Encontro Regional Centro-Oeste	19 a 21 de abril	Rio Verde - GO
Curso de Formação Sindical para Dirigentes	25 a 27 de abril	Brasília - DF
Encontro Regional Sudeste	2 a 4 de maio	Vitória - ES
Encontro Regional Sul	3 a 5 de maio	Florianópolis - SC
Encontro Regional Norte	3 a 5 de maio	Ji-Paraná - RO
Encontro Regional Nordeste	10 a 12 de maio	Salvador - BA
Marcha a Brasília	24 de abril/2013	Brasília - DF
Encontro dos Colégios Militares	24 a 26 de Maio	Recife – PE
Curso de Formação Sindical	25 a 27 de abril/2013	Brasília - DF
5ª Reunião da Direção Nacional	28 a 30 de abril/2013	Brasília - DF
Prazo final para realização dos Encontros Regionais	1ª Semana de maio/2013	Bases
Encontro Nacional Jurídico	24 e 25 de maio	Brasília - DF
Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social	07 a 09 de junho/2013	Rio de Janeiro-RJ
Seminário Nacional de Educação do Sinasefe	04 a 06 de julho/2013	Natal - RN

Facebook Sinasefe: [Sinasefe Nacional](#)

Twitter Sinasefe: [@SINASEFE](#)

Responsáveis por este boletim: William Carvalho, Flávia Carvalho e David Lobão.

Jornalista: Jéssica Fernandes.

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br